



## **ENTIDADE DAS CONTAS E FINANCIAMENTOS POLÍTICOS**

**Decisão da Entidade das Contas e Financiamentos Políticos relativa às Contas da Campanha Eleitoral para a Eleição para Assembleia da Região Autónoma dos Açores 2020, realizada em 25 de outubro de 2020, apresentadas pelo Partido CDS – Partido Popular**

**PA 03/ALRAA/20/2020**

janeiro/2025



## Índice

Índice .....	1
Lista de siglas e abreviaturas.....	2
1. Introdução, apresentação da informação financeira e âmbito do trabalho de auditoria .....	3
2. Limitações ao âmbito dos trabalhos de auditoria, situações de impossibilidade de extração de conclusões, erros ou incumprimentos verificados relativamente às Contas de Campanha, identificados no Relatório da ECFP e reanalisados, atentos os elementos constantes do processo. ....	3
2.1. Incumprimento do regime legal relativo às receitas de campanha – declaração de assunção de dívidas da campanha eleitoral pelo partido (Ponto 4.1. do Relatório da ECFP) .....	3
2.2. Ultrapassagem dos limites das despesas com conceção, produção e afixação de estruturas, cartazes e telas que se destinam à utilização na via pública (Ponto 4.2. do Relatório da ECFP)..	6
2.3. Ausência de entrega de suporte documental de algumas despesas (Ponto 4.3. do Relatório da ECFP).....	9
2.4. Deficiências no suporte documental de algumas despesas - descritivo incompleto (Ponto 4.4. do Relatório da ECFP) .....	11
2.5. Despesas cujos valores são divergentes dos valores de mercado (Ponto 4.5. do Relatório da ECFP).....	15
3. Decisão .....	18



**Lista de siglas e abreviaturas**

ALRAA 2020	Eleição dos deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, realizada em 25 de outubro de 2020
Candidatura	Partido CDS – Partido Popular
CDS – PP	Partido CDS – Partido Popular
ECFP	Entidade das Contas e Financiamentos Políticos
IAS	Indexante dos apoios sociais (artigo 2.º, da Portaria n.º 27/2020, de 31 de janeiro)
Lei n.º 19/2003	Lei n.º 19/2003, de 20 de junho
LO n.º 2/2005	Lei Orgânica n.º 2/2005, de 10 de janeiro
Listagem n.º 2/2020	Listagem n.º 2/2020, de 20 de maio de 2020, publicada no Diário da República, 2.ª Série, n.º 117, de 18 de junho de 2020
PA	Procedimento de Apreciação de Contas de Campanha Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores em 25 de outubro de 2020 do Partido CDS – Partido Popular



## 1. Introdução, apresentação da informação financeira e âmbito do trabalho de auditoria

A ECFP concluiu a elaboração do Relatório previsto no artigoº 41.º, n.º 1, da LO 2/2005 a 06/06/2024, relativo às contas da campanha da eleição para a Assembleia da Região Autónoma dos Açores, realizada em 25 de outubro de 2020, apresentadas pelo **Partido CDS – Partido Popular**, daqui em diante designado por **CDS – PP**, ou apenas por **Candidatura**. Nesse seguimento, a Candidatura foi notificada nos termos e para os efeitos previstos no n.º 2 da mesma disposição legal, tendo exercido o seu direito de pronúncia.

Atento o procedimento previsto na LO 2/2005, cumpre proferir a decisão final no mesmo, nos termos do artigoº 43.º do citado diploma, na redação que lhe foi dada pela LO 1/2018.

Ao nível da informação financeira e do âmbito do trabalho de auditoria, objeto de relato no ponto 4. do Relatório da ECFP, remete-se para a mesma (art.º 153.º, n.º 1, 2.ª parte, do CPA), dado que as situações ali descritas ou não são controvertidas ou, sendo controvertidas, serão analisadas infra por referência ao ponto 4. do mesmo Relatório.

## 2. Limitações ao âmbito dos trabalhos de auditoria, situações de impossibilidade de extração de conclusões, erros ou incumprimentos verificados relativamente às Contas de Campanha, identificados no Relatório da ECFP e reanalisados, atentos os elementos constantes do processo.

### 2.1. Incumprimento do regime legal relativo às receitas de campanha – declaração de assunção de dívidas da campanha eleitoral pelo partido (Ponto 4.1. do Relatório da ECFP)

Decorre do n.º 1 do artigo 15.º da Lei n.º 19/2003 o dever genérico de organização contabilística por parte das campanhas eleitorais, estando as respetivas contas (receitas e despesas) sujeitas ao regime do artigo 12º do mesmo diploma legal.

Por seu turno, o referido artigo 15.º, no seu n.º 3, obriga à existência de conta bancária específica para a campanha, na qual sejam depositadas as receitas da campanha e movimentadas as respetivas despesas. Acresce que, nos termos do artigo 19.º, n.º 3, da Lei n.º 19/2013, o pagamento de despesas de campanha é feito, obrigatoriamente, por instrumento



bancário (cheque ou outro meio bancário que permita a identificação quer do montante quer do destinatário – cfr. artigo 9.º, n.º 1, do mesmo diploma).

Resulta ainda das Recomendações efetuadas pela ECFP para as eleições em apreciação que, havendo faturas por liquidar, que caberá ao partido a responsabilidade de assumir tal dívida, devendo apresentar declaração escrita, dirigida ao mandatário(a) financeiro(a) da Campanha, assumindo tal encargo.

*In casu*, a Candidatura registou no “Anexo X – Anexo às contas de campanha”, de fls. 27 do PA, dívidas a fornecedores no montante total de 21.508,55€, as quais não foram liquidadas, e relativamente às quais o partido não emitiu a respetiva declaração de assunção de dívida.

Com efeito, ficaram por liquidar a fornecedores os seguintes valores:

- A.** O valor de 20.000,00€ referente a parte do valor da fatura FT FTA20/131, do fornecedor “JetStand”, datada de 30/09/2020, com o descritivo “Aluguer de Viaturas, fornecimento de seguros e letterings; Fornecimento de vestuário comitiva e sacos de apoio; Recolha de fotografia e vídeo para campanha” (cfr. fls. 99 do PA);
- B.** O valor de 48,11€ referente à fatura n.º FT 202002/179690, do fornecedor “NOS Comunicações”, datada de 07/09/2020, com o descritivo “SMS e Apoio Campanha” (cfr. fls. 111 a 112 verso do PA);
- C.** O valor de 166,20€ referente à fatura n.º FT 202002/198976, do fornecedor “NOS Comunicações”, datada de 08/10/2020 “SMS e Apoio Campanha” (cfr. fls. 107 a 108 do PA);
- D.** O valor de 152,77€ referente à fatura n.º FT 202002/213666, do fornecedor “NOS Comunicações”, datada de 06/11/2020, com o descritivo “SMS e Apoio Campanha” (cfr. fls. 109 a 110 do PA), e;
- E.** O valor de 141,47€ referente à fatura n.º 6733, do fornecedor “Cofina Media”, com o descritivo “Publicação Mandatário Financeiro” (cfr. fls. 106 do PA).

Existindo faturas a liquidar no momento da prestação de contas respeitantes a despesas de campanha, no valor de 21.508,55€, a responsabilidade pela liquidação das mesmas cabe ao Partido. Constatando-se o registo das despesas, sem que o Partido tenha procedido ao seu



pagamento e sem que tenha apresentado a declaração de assunção de dívidas ou documento equivalente respeitante às mesmas, não é possível comprovar a efetiva liquidação destas despesas.

Pelo exposto, a ausência de entrega da declaração de assunção das dívidas, no valor total de 21.508,55€, importa a violação do disposto no artigo 12.º, n.ºs 1 e 2, ex vi artigo 15.º, n.º 1, da Lei n.º 19/2003.

**Em sede de exercício do direito ao contraditório, o CDS-PP emite a sua pronúncia, remetendo para um conjunto de documentação que junta (cfr. fls. 185 a 202 do PA).**

***Apreciação da documentação junta pela Candidatura:***

No que respeita às irregularidades identificadas no ponto 2.1., em sede de contraditório, a Candidatura apresentou os seguintes documentos:

- A.** Declaração de assunção das dívidas com fornecedores identificadas no ponto 2.1., através do ficheiro “4.1. ASSUNÇÃO DÍVIDA DECLARAÇÃO”, assinado pelo secretário – geral do Partido CDS – Partido Popular (cfr. fl.188 do PA);
- B.** Declaração de reconhecimento da dívida de 20.000,00€, identificada no ponto 2.1. A, com o fornecedor “Jet Stand, Lda.”, referente a parte do valor da fatura FT FTA20/131 (cfr. fls. 99 do PA), e respetivo acordo de pagamento, através do ficheiro “4.1. PONTO A\_JET STAND\_ACORDO PAGAMENTO” (cfr. fls.189 a 192 do PA);
- C.** Comprovativo de liquidação da dívida de 48,11€, identificada no ponto 2.1. B, com o fornecedor “NOS Comunicações, S.A.”, referente à fatura n.º FT 202002/179690 (cfr. fls. 193 do PA);
- D.** Comprovativo de liquidação da dívida de 152,77€, identificada no ponto 2.1. D, com o fornecedor “NOS Comunicações, S.A.”, referente à fatura n.º FT 202002/213666 (cfr. fls. 195 do PA);
- E.** Comprovativo de liquidação da dívida de 141,47€, identificada no ponto 2.1. E, com o fornecedor “NOS Comunicações, S.A.”, referente à fatura n.º 6733 (cfr. fls. 196 do



PA).

Verificando-se que foi entregue pela Candidatura a declaração de assunção de dívidas pelo valor integral por liquidar, que se encontrava em falta, considera-se sanada a irregularidade identificada em sede de relatório da ECFP.

## **2.2. Ultrapassagem dos limites das despesas com conceção, produção e afixação de estruturas, cartazes e telas que se destinam à utilização na via pública (Ponto 4.2. do Relatório da ECFP)**

Nos termos do n.º 1, do artigo 16.º, da Lei n.º 19/2003, as atividades da campanha eleitoral podem ser financiadas através de Subvenção Pública, de contribuições de partidos políticos e do produto de atividades de angariação de fundos.

De acordo com o n.º 1, do artigo 17.º, da mesma Lei, a subvenção pública tem como propósito a cobertura de despesas das campanhas eleitorais, sendo que, de acordo com a alínea c) do n.º 4 do mesmo preceito, a subvenção é de valor total equivalente a 4.000 vezes o valor do Indexante de Apoio Social (IAS) para as eleições para as Assembleias Legislativas Regionais.

De acordo com o disposto no n.º 6, do artigo 18.º, da Lei n.º 19/2003 «*apenas 25% da subvenção pode ser canalizada para despesas com a conceção, produção e afixação de estruturas, cartazes e telas que se destinem à utilização na via pública.*».

*In casu*, a candidatura recebeu, a título de subvenção estatal, o valor de 55.595,09€ (cf. Ofício n.º 0374/XIV/SG, de 17 de março de 2021 da Assembleia da República, a fls. 14 do PA) e registou no “Anexo IX - Demonstração de Resultados” de fls. 26 do PA e no “Mapa M8 – Conta – Despesas de campanha – Estruturas, cartazes e telas (via pública)” de fls. 38 do PA, as seguintes despesas no valor total de 43.093,15€, concretamente:

- A.** Despesa com o descritivo «Trabalho prestado – Estruturas», suportada pela fatura n.º 31, emitida a 7 de outubro de 2020, pelo fornecedor José Maria Rosa Carvalho, no valor de 260,00€ (cfr. fls. 87 do PA);



- B.** Despesa com o descritivo «Instalação de Outdoor para campanha», suportada pela fatura n.º 83/AP20 emitida a 8 de outubro de 2020, pelo fornecedor António Augusto Pinto Unipessoal, Lda, no valor de 200,60€ (cfr. fls. 86 do PA);
- C.** Despesa com o descritivo «8 Lonas impressa p/ Outdoor 8x3 – Ilha Terceira», no valor de 1.699,20€ suportada pela fatura n.º FA2020/1061 emitida a 6 de outubro de 2020, pelo fornecedor Laser 2001 – Centro de Cópias, Lda, na parte correspondente ao descritivo “Lona impressa para outdoor 8m x 3m; 8 und.; no valor de 1.440,00€” (cfr. fls. 94 do PA);
- D.** Despesa com o descritivo «8 Aluguer de Outdoor – Ilha Terceira», no valor de 2.076,80€, suportada pela fatura n.º FA2020/1061 emitida a 6 de outubro de 2020, pelo fornecedor Laser 2001 – Centro de Cópias, Lda, na parte correspondente ao descritivo “aluguer de outdoor; 8 und.; no valor de 1760,00€” (cfr. fls. 94 do PA);
- E.** Despesa com o descritivo «8 Colocação– Ilha Terceira», no valor de 566,40€, suportada pela fatura n.º FA2020/1061 emitida a 6 de outubro de 2020, pelo fornecedor Laser 2001 – Centro de Cópias, Lda, na parte correspondente ao descritivo “Colocação; 8 und.; no valor de 480,00€” (cfr. fls. 94 do PA);
- F.** Despesa com o descritivo «4 Vinil Impresso 3x1,50– Ilha Terceira», no valor de 283,20€, suportada pela fatura n.º FA2020/1061 emitida a 6 de outubro de 2020, pelo fornecedor Laser 2001 – Centro de Cópias, Lda, na parte correspondente ao descritivo “Vinil impresso 3mt x 1.50mt; 4 und.; no valor de 240,00€” (cfr. fls. 94 do PA);
- G.** Despesa com o descritivo «4 Lona Impressa 3x1,50 – Ilha Terceira», no valor de 159,30€, suportada pela fatura n.º FA2020/1061 emitida a 6 de outubro de 2020, pelo fornecedor Laser 2001 – Centro de Cópias, Lda, na parte correspondente ao descritivo “Lona impressa 3mt x 1.50mt; 2 und.; no valor de 135,00€ (cfr. fls. 94 do PA);
- H.** Despesa com o descritivo «35 cartazes impressos em papel gloss A3 – Ilha do Pico», suportada pela fatura n.º FA2020/1065 emitida a 7 de outubro de 2020, pelo fornecedor Laser 2001 – Centro de Cópias, Lda, no valor de 61,95€ (cfr. fls. 100 do PA);





- I. Despesa com o descritivo «4 Impressão Vinil Branco – Ilha São Jorge», suportada pela fatura n.º FT Faial/5895, emitida a 7 de outubro de 2020, pelo fornecedor Espaço X- Soluções Publicitárias de Design, Lda, no valor de 292,82€ (cfr. fls. 93 do PA);
- J. Despesa com o descritivo «3 Lonas 1,5x3 - Faial», no valor de 310,64€, suportada pela fatura n.º FT Faial/5894, emitida a 7 de outubro de 2020, pelo fornecedor Espaço X- Soluções Publicitárias de Design, Lda, na parte correspondente ao descritivo “Lona - 3 Lonas 1,5x3 - Faial; no valor de 263,25€ (cfr. fls. 92 do PA);
- K. Despesa com o descritivo «7 Lonas 1,73x1,23 - Faial», no valor de 342,62€, suportada pela fatura n.º FT Faial/5894, emitida a 7 de outubro de 2020, pelo fornecedor Espaço X- Soluções Publicitárias de Design, Lda, na parte correspondente ao descritivo “Lona - 7 Lonas 1,73x1,23 - Faial; no valor de 290,36€ (cfr. fls. 92 do PA);
- L. Despesa com o descritivo «6 Lonas 1,73x1,23 - Faial», no valor de 293,61€, suportada pela fatura n.º FT Faial/5894, emitida a 7 de outubro de 2020, pelo fornecedor Espaço X- Soluções Publicitárias de Design, Lda, na parte correspondente ao descritivo “Lona - 6 Lonas 1,73x1,23 - Faial; no valor de 248,82€ (cfr. fls. 92 do PA);
- M. Despesa com o descritivo «9 Lonas 1,25x1,75 - Faial», no valor de 452,84€, suportada pela fatura n.º FT Faial/5894, emitida a 7 de outubro de 2020, pelo fornecedor Espaço X- Soluções Publicitárias de Design, Lda, na parte correspondente ao descritivo “Lona - 9 Lonas 1,25x1,75 - Faial; no valor de 383,76€ (cfr. fls. 92 do PA);
- N. Despesa com o descritivo «Serviço Técnico – Instalação de Estruturas para a Campanha Eleitoral», suportada pela fatura n.º FA 2020/00113, emitida a 15 de outubro de 2020, pelo fornecedor OffGrid – Energias e Recursos Naturais, Lda, no valor de 1.493,88€ (cfr. fls. 89 do PA);
- O. Despesa com o descritivo «2 Lonas impressas 3x1,50 – Ilha Terceira», suportada pela fatura n.º FA 2020/1086, emitida a 12 de outubro de 2020, pelo fornecedor Laser 2001 – Centro de Cópias, Lda, no valor de 159,30€ (cfr. fls. 88 do PA), e;
- P. Despesa com o descritivo «Aluguer de Outdoors para Campanha Regionais dos Açores 2020 do CDS-PP», suportada pela fatura n.º FT FTA20/130, emitida a 30 de setembro de 2020, pelo fornecedor Jet Stand, no valor de 34.440,00€ (cfr. fls. 91 e 101 do PA).



Considerando o limite máximo de 25% da subvenção a canalizar para despesas com a conceção, produção e afixação de estruturas, cartazes e telas que se destinem à utilização na via pública, conforme previsto no artigo 18.º, n.º 6, da Lei n.º 19/2003, constatamos que a Candidatura apenas poderia alocar a este tipo de despesas o valor máximo de 13.898,77€ (55.595,09 x 25%).

Verifica-se, pois, que as despesas com a conceção, produção e afixação de estruturas, cartazes e telas que se destinam à utilização na via pública registadas pela Candidatura, no valor de 43.093,41€, representam 77,51% da subvenção pública recebida pela Candidatura (55.595,09€).

Contudo, atendendo ao valor das contribuições pagas pelo Partido, no montante de 25.000,00€, as quais podem igualmente ser alocadas às despesas em questão, considera-se, ainda, verificada a irregularidade consubstanciada na ultrapassagem do limite previsto no n.º 6, do artigo 18.º, da Lei n.º 19/2003, em 4.194,38€.

**Em sede de exercício do direito ao contraditório, o CDS-PP refere que remete esclarecimentos e informações para documento em anexo.**

Em sede de contraditório, o CDS – PP veio remeter um conjunto de documentação (cfr. fls. 185 a 202 do PA), no entanto, no que respeita à irregularidade identificada no ponto 2.2., em sede de contraditório, o Partido não prestou nenhum esclarecimento, nem juntou qualquer documentação. Inexistindo assim qualquer esclarecimento e documento junto que permita sanar o incumprimento.

Por conseguinte, subsiste, a irregularidade identificada no relatório inicial da ECFP. Esta situação consubstancia uma violação da previsão do n.º 6, do artigo 18.º da Lei n.º 19/2003.

### **2.3. Ausência de entrega de suporte documental de algumas despesas (Ponto 4.3. do Relatório da ECFP)**

Atento o disposto no artigo 12.º, n.ºs 1 e 2, aplicável ex vi do artigo 15.º, n.º 1, da Lei n.º 19/2003 do mesmo diploma, nas campanhas eleitorais existe um dever genérico de organização contabilística por forma a que a contabilidade reflita, designadamente, as suas receitas e despesas, implicando tal dever que a documentação de suporte evidencie adequadamente a



realidade que pretende ser retratada. Acresce que, de acordo com a alínea c) do n.º 3 do mencionado artigo, tais despesas devem encontrar-se devidamente discriminadas.

Do n.º 1 do artigo 19.º da Lei n.º 19/2003 resulta que são despesas de campanha aquelas que sejam efetuadas pelas candidaturas, com intuito ou benefício eleitoral, dentro dos seis meses imediatamente anteriores à data do ato eleitoral respetivo, as quais deverão ser suportadas por documento certificativo, nos termos do n.º 2 do mencionado preceito legal.

O princípio da representação fidedigna (cfr. parágrafo 33 da Estrutura Conceptual do SNC) estatui que toda a informação deve representar fidedignamente as transações e outros acontecimentos que ela ou pretende representar ou possa razoavelmente esperar-se que represente.

Em consonância com o exposto, extrai-se que somente com a entrega do suporte documental se pode ter como comprovadas e discriminadas as despesas efetivamente realizadas.

*In casu*, foi registada no “Mapa M11 – Conta – Despesas de Campanha – Custos administrativos e operacionais” (cfr. fls. 41 do PA) uma despesa, no valor de 180,10€, com o descritivo “Refeições”, suportada pela “Fatura n.º 1A2023/14”, de 17 de outubro de 2020, emitida pelo fornecedor “Restaurante A Pizzaria Acor”, a qual se encontra ilegível, impossibilitando a sua comprovação, pelo que se conclui que esta despesa não tem documento de suporte válido (cfr. fls. 98 do PA).

Pelo exposto, a ausência de apresentação da documentação de suporte da despesa supra identificada representa uma inadequada organização contabilística, configurando, por isso, uma violação dos artigos 12.º, n.ºs 1 e 2, aplicável ex vi artigo 15.º, n.º 1, e 19.º, n.º 2, da Lei n.º 19/2003.

**Em sede de exercício do direito ao contraditório, o CDS-PP emite a sua pronúncia, remetendo para um conjunto de documentação que junta (cfr. fls. 185 a 202 do PA).**

***Apreciação da documentação junta pela Candidatura:***

Em sede de contraditório, o CDS – PP veio remeter um conjunto de documentação (cfr. fls. 185 a 202 do PA).



No que respeita às irregularidades identificadas no ponto 2.3., em sede de contraditório, a Candidatura remeteu em anexo a “Fatura n.º 1A20Z3/14”, emitida pelo fornecedor “DeliciAçor Turismo Hotelaria, Lda.” (cfr. fls. 197 do PA), possibilitando, deste modo, a comprovação da despesa mediante a apresentação de documento de suporte válido, não resultando evidências que levem a questionar a razoabilidade do preço dos serviços adquiridos.

Assim, considera-se sanada a irregularidade identificada no relatório inicial da ECFP.

#### **2.4. Deficiências no suporte documental de algumas despesas - descritivo incompleto**

##### **(Ponto 4.4. do Relatório da ECFP)**

Como já se referiu, em face do disposto no artigo 12.º, n.ºs 1 e 2, da Lei n.º 19/2003, aplicável *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, do mesmo diploma, nas campanhas eleitorais existe um dever genérico de organização contabilística, dever esse que impõe que a documentação de suporte evidencie adequadamente a realidade que pretende ser retratada.

Retomando aqui o que se afirmou no ponto 4.3 do relatório a respeito do artigo 19.º do aludido diploma legal e do princípio da representação fidedigna (cfr. parágrafo 33 da Estrutura Conceptual do SNC), cabe salientar que somente com a entrega do suporte documental se podem ter como comprovadas as despesas efetivamente realizadas.

No caso vertente, a Candidatura registou as seguintes despesas relativamente às quais se verificou a falta de demonstração da razoabilidade, em virtude de o descritivo da respetiva documentação de suporte se apresentar incompleto, impossibilitando aferir da conformidade das despesas em apreço face aos valores de mercado:

- A.** Despesa registada no “Mapa M7 – Conta – Despesas de Campanha – propaganda, comunicação impressa e digital” de fls. 37 do PA, no valor de 24.556,95€, suportada pela fatura n.º FT FTA n.º 20/131, de 30 de setembro de 2020, emitida pelo fornecedor “Jet Stand”, na parte correspondente ao descritivo “Aluguer de Viaturas, Fornecimento de seguros e letterings” no valor de 19.965,00€ (cfr. fls. 99 do PA). O suporte documental da despesa supra identificada não contempla informação quanto ao tipo de viaturas alugadas, o período do aluguer;



- B.** Despesa registada no “Mapa M7 – Conta – Despesas de Campanha – propaganda, comunicação impressa e digital” de fls. 37 do PA, no valor de 2.767,50€, suportada pela fatura n.º FT FTA n.º 20/131, de 30 de setembro de 2020, emitida pelo fornecedor “Jet Stand”, na parte correspondente ao descritivo “Recolha de fotografia e de vídeo para a campanha” no valor de 2.250,00€ (cfr. fls. 99 do PA). O suporte documental da despesa supra identificada não contempla informação quanto ao período da recolha de fotografias e vídeo;
- C.** Despesa registada no “Mapa M8 – Conta – Despesas de Campanha – Estruturas, cartazes e telas (via pública)” de fls. 38 do PA, no valor de 2.076,80€, suportada pela fatura n.º FA 2020/1061, de 6 de outubro de 2020, emitida pelo fornecedor “LASER 2001 – CENTRO DE CÓPIAS, LDA”, na parte correspondente ao descritivo “Aluguer de outdoor” no valor de 1.760,00€ (cfr. fls. 94 do PA). O suporte documental da despesa supra identificada não discrimina as medidas dos outdoors nem o período durante o qual foram alugados;
- D.** Despesa registada no “Mapa M8 – Conta – Despesas de Campanha – Estruturas, cartazes e telas (via pública)” de fls. 38 do PA, no valor de 34.440,00€, suportada pela fatura n.º FT FTA20/130, de 30 de setembro de 2020, emitida pelo fornecedor “Jet Stand” na parte correspondente ao descritivo “Aluguer de Outdoors para a Campanha Regionais Açores 2020 CDS-PP”, no valor de 28.000,00€ (cfr. fls. 91 e 101 do PA). O suporte documental da despesa supra identificada não discrimina o valor unitário pela impressão, montagem e aluguer das lonas e dos outdoors;
- E.** Despesa registada no “Mapa M8 – Conta – Despesas de Campanha – Estruturas, cartazes e telas (via pública)” de fls. 38 do PA, no valor de 1.493,88€, suportada pela fatura n.º “FA 2020/00113”, de 15 de outubro de 2020, emitida pelo fornecedor “Offgrid – Energias e Recursos Naturais, Lda” com o descritivo “Serviço Técnico – Instalação de estruturas para campanha eleitoral”, no valor de 1.493,88€ (cfr. fls. 89 do PA). O suporte documental da despesa supra identificada não contempla informação sobre o tipo/quantidade de estruturas instaladas, e;
- F.** Despesa registada no “Mapa M9 – Conta – Despesas de Campanha – Comícios, espetáculos e caravanas” de fls. 39 do PA, no valor de 4.920,00€, suportada pela Fatura



n.º FT FTA20/147, de 12 de novembro de 2020, emitida pelo fornecedor “Jet Stand”, com o descritivo “Apresentação de candidato e rentrée em S. Miguel”, no valor de 4.920,00€ (cfr. fls. 90 do PA). O suporte documental da despesa supra identificada não contempla informação que permita identificar e confirmar o valor pago por cada uma das duas ações de propaganda referidas no seu descritivo.

Note-se que no descritivo da fatura n.º “FT FTA20/147”, emitida pelo fornecedor “Jet Stand”, encontra-se discriminada uma ação de propaganda política “rentrée”, relativamente à qual deverá a Candidatura pronunciar-se quanto ao motivo da sua inclusão nas contas de campanha. Tal situação, caso não seja afastada, poderá configurar o registo de uma despesa inelegível, por força da inclusão de uma despesa referente a uma ação de propaganda política do partido nas contas da campanha para a eleição dos deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, realizada em 25 de outubro de 2020.

Tais situações representam uma inadequada organização contabilística, configurando, por isso, uma violação do artigo 12.º, n.ºs 1 e 2 aplicável ex vi do artigo 15.º, n.º 1 da Lei n.º 19/2003.

**Em sede de exercício do direito ao contraditório, o CDS-PP emite a sua pronúncia, remetendo para um conjunto de documentação que junta (cfr. fls. 185 a 202 do PA).**

***Apreciação da documentação junta pela Candidatura:***

No que respeita às irregularidades identificadas no ponto 2.4., em sede de contraditório, a Candidatura apresentou os seguintes documentos:

- A.** Proposta de orçamento, emitida pelo fornecedor “JetStand”, para o aluguer de viaturas, através do ficheiro “4.4. PONTO A\_DETALHE ALUGUER DE VIATURAS E FORNECIMENTO DE SEGUROS E LETTERINGS” (cfr. fl. 198 do PA). A fatura FT FTA 20/131 constante do Ficheiro “4.4. PONTO A\_FTA 20.131\_JET STAND” (fl. 199 do PA) que inclui num dos itens, o valor da despesa com o aluguer de viaturas, que já havia sido entregue pela Candidatura (cfr. fls. 99 do PA).

Da análise da documentação apresentada verifica-se que a mesma não contempla informação quanto ao valor de aluguer de cada viatura, impossibilitando assim aferir dos valores de mercado por viatura, sendo que apenas quanto ao valor total se



consegue fazer essa aferição, e não quanto ao valor de cada parcela que compõem o referido valor total.

Assim, mantém-se a irregularidade relativa à deficiência do suporte documental da despesa supra identificada (fatura FT FTA 20/131 e Orçamento proposto);

- B.** A Candidatura não apresentou esclarecimentos, nem documentação de suporte adicional que permita sanar a irregularidade identificada. A Candidatura apenas enviou a título de comprovativo, a fatura FT FTA 20/131 que inclui o valor das despesas identificadas, a qual já havia sido entregue em sede de apresentação das contas (cfr. fls. 99 e 199, do PA), sendo que o suporte documental da despesa supra identificada não contempla informação quanto ao período da recolha de fotografias e vídeo;

Assim, mantém-se a irregularidade relativa à incompletude do suporte documental da despesa identificada;

- C.** O CDS-PP enviou suporte documental, através do ficheiro “4.4. PONTO C\_LASER 2001\_DECLARAÇÃO”, que identifica as medidas e o período durante o qual os outdoors foram alugados, emitido pelo fornecedor “Laser 2001 – Centro de Cópias, Lda.” (cfr. fls. 200 do PA), o qual contém uma declaração emitida pelo fornecedor, com indicação das medidas dos outdoors e o período durante o qual foram alugados, que permite comprovar a informação incluída no “Mapa M8 – Conta – Despesas de Campanha – Estruturas, cartazes e telas (via pública)” suportada pela fatura n.º FA 2020/1061, de 6 de outubro de 2020, na parte correspondente ao descritivo “Aluguer de outdoor” no valor de 1.760,00€,

Nesta parte, considera-se, assim, sanada a irregularidade identificada;

- D.** A Candidatura não apresentou esclarecimentos, nem documentação de suporte adicional que permita sanar a irregularidade identificada, mantendo-se a incompletude da documentação suporte;
- E.** O CDS-PP juntou suporte documental, através do ficheiro “4.4. PONTO E\_OFFGRID\_DECLARAÇÃO”, o qual contém uma declaração, que contempla informação sobre o tipo e quantidade de estruturas instaladas, emitida pelo fornecedor “Offgrid – Energias e Recursos Naturais, Lda.” (cfr fls. 201 do PA), que permite comprovar a



informação incluída no “Mapa M8 – Conta – Despesas de Campanha – Estruturas, cartazes e telas (via pública)” de fls. 38 do PA, no valor de 1.493,88€, suportada pela fatura n.º “FA 2020/00113”, de 15 de outubro de 2020, considerando-se, deste modo, sanada a irregularidade identificada em sede de relatório;

- F.** A Candidatura não apresentou esclarecimentos, nem documentação de suporte adicional que permita sanar a irregularidade identificada; Desta forma, mantém-se a incompletude da documentação suporte que permita identificar e confirmar o valor pago por cada uma das ações de campanha referidas no seu descritivo.

Em síntese, em sede de contraditório, a Candidatura não apresentou suporte documental que completasse os pontos 2.4. A, 2.4. B, 2.4. D. e 2.4. F., permanecendo assim a falta de demonstração da razoabilidade, em virtude do descritivo da respetiva documentação de suporte se apresentar incompleto, impossibilitando aferir da conformidade das despesas em apreço face aos valores de mercado.

Por conseguinte, subsiste, nesta parte, a irregularidade identificada no relatório inicial da ECFP. Esta situação consubstancia uma violação do artigo 12.º, n.ºs 1 e 2 aplicável *ex vi* do artigo 15.º, n.º 1 da Lei n.º 19/2003.

#### **2.5. Despesas cujos valores são divergentes dos valores de mercado (Ponto 4.5. do Relatório da ECFP)**

Atento o disposto no artigo 12.º, n.ºs 1 e 2, aplicável *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, da Lei n.º 19/2003, nas campanhas eleitorais existe um dever genérico de organização contabilística, por forma a que a contabilidade reflita, designadamente, as suas receitas e despesas.

Como vimos, do n.º 1 do artigo 19.º da Lei n.º 19/2003 resulta que são despesas de campanha aquelas despesas efetuadas pelas candidaturas, com intuito ou benefício eleitoral, dentro dos seis meses imediatamente anteriores à data do ato eleitoral respetivo.

Tais despesas devem respeitar os valores de mercado, definidos nos termos do artigo 24.º, n.º 5, da Lei n.º 19/2003, através da publicação pela ECFP de uma lista indicativa do valor dos principais meios de campanha, sendo que a fiscalização a que se refere este artigo respeita quer





às contas dos partidos políticos quer às contas das campanhas eleitorais (cfr. n.º 1, do artigo 24.º, da Lei n.º 19/2003).

Feito este enquadramento, para que se possa proceder ao cotejo entre as despesas efetuadas pelo Partido e os preços praticados no mercado é necessário que, a estas, subjaza documentação de suporte que detalhe os elementos indispensáveis à aferição da razoabilidade dos preços cobrados, permitindo, assim, a comparação com os valores contantes da Listagem n.º 2/2020, publicada em Diário da República, II Série, n.º 117, de 18 de junho.

*In casu*, verificou-se que a Candidatura registou nas contas apresentadas a seguinte despesa cujo valor diverge dos montantes existentes nos intervalos de valores da Listagem n.º 2/2020:

- A. Despesa registada no “Mapa M7 – Conta – Despesas de Campanha – propaganda, comunicação impressa e digital” de fls. 37 do PA, no valor de 5.828,36€, com o descritivo “Info Mail”, suportada pela Fatura n.º ZFP 0001/0510012422, de 30 de setembro de 2020, emitida pelo fornecedor “CTT Contacto” e com o preço de 0,0243€ por unidade, com peso de 11 gramas (cfr. fls. 103 a 104 do PA).

Da Listagem indicativa n.º 2/2020, do capítulo “II - Propaganda e Comunicação Impressa: ponto 3 – Infomail – Distribuição de correio não endereçado (preço por milheiro): subponto 3.2.1. Ilhas: até 30g o valor varia de 40,00€ a 50,20€”, pelo que se extrai que o valor pago de 24,30€ por milheiro é inferior, em 15,70€, ao limite mínimo do intervalo de valores existente para este meio de campanha na Listagem n.º 2/2020.

A lista de valores de referência dos principais meios de campanha tem natureza “indicativa” (artigos 20.º, n.º 2, alínea a) e 21.º, n.º 1, alínea a), da Lei Orgânica n.º 2/2005), podendo qualquer desconformidade com a mesma ser afastada mediante a apresentação de elementos complementares idóneos a comprovar que aquela concreta despesa no seio do mercado em que se insere, ou pelas suas particulares especificidades, se afigura como razoável. Tal demonstração pode ser efetuada, designadamente através de solicitação de orçamentos ou recolha de informação junto de fornecedores diversos.

Pelo exposto, a situação identificada em A., não sendo objeto de esclarecimento por parte da Candidatura e, consequentemente, não permitindo à ECFP aferir da razoabilidade das despesas



elencadas, consubstancia uma violação do disposto no artigo 12.º, nºs 1 e 2, ex vi artigo 15.º, n.º 1, da Lei n.º 19/2003.

Note-se que, segundo a mais recente jurisprudência do Tribunal Constitucional nesta matéria, os valores unitários que se encontrem abaixo do limite mínimo constante da Listagem n.º 2/2020, ou seja, a diferença entre o valor de aquisição e o valor de referência de mercado, e sempre que não tenha sido demonstrada a existência de razões que permitam impugnar/afastar essa divergência, representa uma receita não prevista no artigo 16.º, n.º 1, do mesmo diploma. (cfr., por todos, o Acórdão n.º 509/2023, de 18 de julho).

**Em sede de exercício do direito ao contraditório, o CDS-PP não emitiu pronúncia, remetendo para um conjunto de documentação que junta (cfr. fls. 185 a 202 do PA). Porém, quanto a esta irregularidade nada juntou.**

No que respeita às irregularidades identificadas no ponto 2.5., em sede de contraditório, relativamente à prestação dos serviços de infomail pelos CTT Contacto, S.A., apesar de a candidatura não se ter pronunciado em sede de contraditório, nem apresentado meios de prova que permitam, por si só, a comprovação inequívoca de ter sido utilizado o preço de mercado na distribuição de infomails, importa ter em conta um conjunto de elementos que a ECFP tem acesso, por conhecimento oficioso, no âmbito dos processos de prestação de contas da eleição para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, realizada em 25-10-2020.

Tendo em consideração a natureza dos serviços - infomails pelos CTT Contacto S.A - e o facto destes serviços terem sido utilizados pelas várias candidaturas para a eleição em causa, situando-se alguns dos preços praticados pela referida empresa (CTT Contacto) abaixo do limite mínimo da Listagem n.º 2/2020 para todas as candidaturas que utilizaram este serviço, de forma consistente e generalizada, como se pode constatar da documentação relativa a infomails junta pelas candidaturas (cfr fls. 103 e 104 do presente PA, cfr. fls. 171 a 172 do PA n.º 07/ALRAA/20/2020; fls. 193 a 198 do PA n.º 01/ALRAA/20/2020; fls. 168 a 171, do PA n.º 02/ALRAA/20/2020), considera-se ilidida a presunção decorrente dos valores constantes daquela Listagem, ficando demonstrado que as despesas em apreço se encontraram enquadradas pelos valores de mercado daqueles serviços, naquela data. Assim, nesta parte, considera-se sanada a irregularidade identificada em sede de Relatório.



### 3. Decisão

Atentos os elementos recolhidos e analisados em sede de auditoria, a sua sistematização no âmbito do Relatório efetuado, os esclarecimentos ulteriores prestados pelo partido **CDS – Partido Popular** e a sua análise supra, verifica-se que se está perante uma situação de contas prestadas com irregularidades (artigo 43.º, n.º 1, da Lei Orgânica 2/2005):

- a) incumprimento dos limites das despesas com conceção, produção e afixação de estruturas, cartazes e telas que se destinam à utilização na via pública (ver ponto 2.2.);
- b) incumprimento relativo a deficiências no suporte documental de despesas – descritivos incompletos [ver ponto 2.4. (2.4. A, 2.4. B, 2.4 D e 2.4. F)];

Notifique-se, nos termos do n.º 3 do artigo 43.º da Lei Orgânica 2/2005.

Extraia-se certidão para os efeitos previstos no artigo 44.º da Lei Orgânica 2/2005.

Lisboa, 17 de janeiro de 2025

Entidade das Contas e Financiamentos Políticos

Carla Cardador

(Presidente)

Mafalda Bettencourt

(Vogal)

João Pires

(Vogal, ROC)